



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AS RELAÇÕES ENTRE O CONSELHO ESCOLAR E A GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA UMEI COQUEIRO VERDE**

SÂMIA MACEDO FERREIRA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AS RELAÇÕES ENTRE O CONSELHO ESCOLAR E A GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA UMEI COQUEIRO VERDE**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Alexandre Gomes.

BELO HORIZONTE, 2015

RESUMO

O presente trabalho se refere a uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico (PPP) da UMEI Coqueiro Verde. Objetiva-se analisar as relações entre o Conselho Escolar e a gestão democrática, destacar o papel dos Conselhos Escolares como potencializador para a efetivação das políticas públicas educacionais. A metodologia utilizada foi análise documental e pesquisas bibliográficas que discutem sobre tais temáticas: conselhos escolares e gestão democrática, Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil, enquanto parâmetros da legalidade educacional brasileira, os referenciais nacionais de políticas públicas de educação infantil como: Referencial curricular nacional para a educação infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e outros instrumentos legais. Neste sentido, destaca-se como avanços: a construção da primeira versão do PPP da UMEI Coqueiro Verde embasada nos reais indicadores apontados pela comunidade escolar enquanto necessidade e direito; o estabelecimento de novos critérios para o atendimento das demandas, o fortalecimento deste órgão-base nas tomadas de decisões no que se refere à garantia de direitos educacionais.

Palavras-chave: Conselhos Escolares, Gestão Democrática, Participação Social, Educação e Direito.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
2. DESENVOLVIMENTO.....	7
2.1Caracterização da instituição.....	7
2.2Uma breve contextualização.....	8
2.3Participação Social: potencialidades e fragilidades.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
ANEXO.....	17

INTRODUÇÃO

A existência de uma política educacional brasileira enquanto natureza reguladora e normativa com princípios democráticos pressupõe uma organização escolar que apontam formas de se materializar a participação democrática.

O trabalho buscou analisar as relações entre o Conselho Escolar e a gestão democrática da UMEI Coqueiro Verde e como estas relações vêm sendo consolidadas para a garantia de direitos públicos, subjetivos, sociais, educacionais e culturais dos educandos e da comunidade escolar como um todo.

Neste sentido, destaca-se a importância da atuação da gestão democrática para o fortalecimento desta parceria, para a garantia dos direitos públicos, visando potencializar as ações pedagógicas de forma qualitativa, bem como fortalecer este órgão-base, através da participação social para as tomadas de decisões.

A democracia participativa na gestão de setores públicos retrata a importância da participação social, consciente, de todos os cidadãos, nos dias atuais. Além disto a educação continua sendo marco referencial para a formação e atuação cidadã. Nesse sentido, as escolas têm a importante função social de capacitar os cidadãos para que estes possam se adaptar à nova forma de estruturação social, histórica.

Diante das legislações educacionais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB 9394/96), Constituição Federal de 1988 (CF/88) baseamos a construção do Projeto Político Pedagógico da UMEI Coqueiro Verde com a perspectiva de se fazer cumprir a função social a qual está designada: ofertar educação pública com qualidade através de efetiva participação social de toda a comunidade escolar.

É neste contexto, que se buscará subsídios para nortear a práxis embasada nos indicadores locais, culturais, sociais, subjetivos e legais com o intuito de potencializar as ações e tomadas de decisões para a garantia e efetivação dos direitos dos diversos atores presentes nesta comunidade escolar.

A finalidade é potencializar as discussões realizadas no Conselho Escolar e a participação social democrática na escola, assim, favorecer uma efetiva apreensão

sobre o mesmo por meio de estudos coletivos das bases legais contidas nos documentos.

A metodologia utilizada foi análise documental do PPP e pesquisas bibliográficas que discutem sobre tais temáticas, dentre elas, além das legislações educacionais alguns autores que discutem sobre o PPP no contexto da Gestão Escolar, como: Azevedo (2010), Oliveira (2010) e Souza (s.d) que discursam sobre a importância da construção coletiva para a efetivação das ações da gestão democrática na escola; Dourado; Oliveira E Santos (2010); Masagão (2005) e Souza(2010) apontam sobre a busca contínua pela qualidade da educação pública e sobre a importância da utilização de indicadores locais, culturais, políticos, históricos e sociais para o planejamento educacional; CURY(2008) que aborda sobre a importância das ações democráticas/educativas que são constitutivas para o exercício ao direito na própria educação.

O tema em discussão vincula-se aos seguintes eixos do Projeto Político Pedagógico, destaca-se os seguintes eixos: a) finalidades da escola; processos de decisão; relações de trabalho. A escolha deste tema se deu devido ao fato de se observar a necessidade de uma concreta apreensão das diretrizes contidas nas políticas públicas educacionais que delineiam as ações, tomadas de decisões, participação social e sobre os desafios da gestão pública apontados por toda a comunidade escolar, entendida aqui como pais, comunidade, alunos (as), professores, gestor e todos os demais funcionários.

2. DESENVOLVIMENTO

Potencializar visões e ações democráticas significa explorar coletivamente os artigos contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por isso, faz-se essencial explorá-las como parâmetro de todas as ações propostas pela gestão democrática escolar e para fundamentar a proposta do presente trabalho, dado que direitos humanos e educacionais em dadas situações são intrínsecos.

Vale destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aborda os fundamentos da descentralização e participação social, o que retrata a participação social enquanto direito, no que se refere às discussões sobre o direito à educação como campo de atuação do gestor educacional Cury (2010), aponta que o gestor exerce relevante papel para a garantia e viabilização de tais direitos, ou seja, gestão da educação.

De acordo com Navarro (2010) e Souza (2010), no que se refere à discussão sobre gestão democrática, Conselho Escolar, leis e Projeto Político Pedagógico, apontam a necessidade de se explorar os indicadores locais, que são utilizados para a realização das avaliações das aprendizagens, institucional e da própria gestão escolar, considerando produtos e processos.

Nesse sentido analisar como se estabelecem as relações entre o conselho escolar e a gestão democrática da UMEI Coqueiro Verde tem relevância no sentido que sejam feitas novas e necessárias adequações considerando-se como foco principal: todos os sujeitos de direitos de aprendizagens escolar e os sujeitos da comunidade escolar.

2.1 Caracterização da Instituição

A UMEI Coqueiro Verde é uma instituição de Educação Infantil, situada no Conjunto Paulo VI, Região Nordeste de Belo Horizonte. É uma instituição que atende crianças de 2 a 5 anos na modalidade Educação Infantil. Foi municipalizada em 2005, uma vez que funcionava como Creche Comunitária mantida pela AMAS, Associação Municipal de Assistência Social.

A escola é pequena, com quatro salas de aula, uma brinquedoteca, refeitório, cantina, parquinho, anexo administrativo onde funciona a secretaria e a sala de professores. Atualmente nessa UMEI estão matriculados 250 crianças. No total a escola conta com 20 docentes. Está situada num bairro carente, com índice considerável de violência e população de baixa renda.

2.2 Uma breve contextualização

As finalidades educacionais da UMEI Coqueiro Verde são norteadas pelo princípio de formação humana crítica, ativa, autônoma e emancipatória. Neste sentido, Cury (2008) aponta que para que um direito seja garantido, precisa ser reconhecido, o que caracteriza cidadania.

Aprofundar no conhecimento sobre a relação entre Conselhos Escolar e gestão democrática retrata o interesse em se garantir direitos na esfera pública. As discussões e análises do Conselho Escolar contribuíram significativamente para minimizar aspectos negativos e potencializar aspectos positivos da gestão e das próprias legislações que regem o sistema público. Tal relação teve, inicialmente, como resultado a construção do PPP, antes inexistente, mas oriundo das necessidades da própria instituição escolar, como parâmetro para uma identidade educacional, cultural e local, e dos profissionais que nela estão inseridos.

Essa construção contribuiu para a consolidação das relações entre Conselho Escolar e gestão democrática que visam resolver as questões apontadas pela própria comunidade escolar, tais como:

Atender ao desejo das monitoras de apoio à inclusão de participarem e votarem nas eleições para diretoras escolares dado de acordo com o decreto da PBH portaria SMED nº 310/2014, não está claro que elas podem votar.

De acordo com o decreto, acima citado, podem votar:

I – servidores em exercício na Escola e UMEI;

II – alunos regularmente matriculados e frequentes na Escola, com idade mínima de 16 anos, completada até a data da eleição em primeiro turno;

III – mãe ou pai ou representante legal do aluno regularmente matriculado e frequente na Escola ou na UMEI até 30/10/2014, sendo possível apenas um voto neste segmento;

Neste sentido, as monitoras votam somente se forem responsáveis legais por alunos. O que por sua vez revela uma desigualdade no ambiente escolar.

Além disso, uma contraditoriedade foi observada na dinâmica contextual, dado que as monitoras são convocadas como comunidade escolar para participarem das reuniões do CE, e nestas são consideradas parte integrante da mesma, mas no decreto de eleição não está claro se podem ou não votar. Este fator de certa forma limita o envolvimento das mesmas, num projeto participativo voltado para a construção coletiva da identidade escolar, e torna-se uma barreira para a consolidação do sentimento de pertencimento de cidadão, de parte integrante da própria comunidade escolar.

Tal clima organizacional tem relação também com a necessidade do efetivo estabelecimento e divulgação das atribuições das funções das monitoras de apoio à inclusão para as professoras e monitoras e no próprio PPP da instituição com o intuito de minimizar conflitos, potencializar as ações pedagógicas e favorecer o clima organizacional saudável entre estas profissionais. Dado que alguns casos de conflitos por divergências de informações/orientações se tornaram problemas para a própria gestão administrar. As administrações destes conflitos foram entendidas como sinais de que é necessário resolver a problemática em questão.

Este contexto demonstra uma lacuna no direito a participação nas tomadas de decisões da escola. No que se refere a igualdade de exercício da educação e gestão democrática participativa só será possível a efetivação de igualdade se o sujeito estiver em constante processo educativo e em exercício de sua cidadania. De acordo com Cury (2008):

A igualdade torna-se, pois, o pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam (CURY, 2008, p. 7).

Fator que reforça o direito de expressão e de participação social por parte destas profissionais nas eleições para diretores, por quem serão geridas na práxis. Além disto, o exercício da cidadania é o exercício da educação. Para ele,

A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações. Por isso mesmo, vários sujeitos são chamados a trazer sua contribuição para este objetivo, destacando-se a função necessária do Estado, com a colaboração da família e da sociedade (CURY, 2008, p. 7).

Este é um desafio a ser resolvido no campo do direito visando esclarecer o presente edital sobre eleições para diretores escolares. Segundo CURY (2008):

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação... O pressuposto deste direito ao conhecimento é a igualdade (CURY, 2008, pp. 5-6)

Além disto, a LDB 9394/96 enfatiza no seu artigo 14 os princípios da gestão democrática do ensino público na educação básica mediante a participação em conselhos ou equivalentes reportando-se à configuração de uma gestão colegiada caracterizada pela existência dos colegiados escolares.

Dessa forma, a atual LDB confere aos sistemas de ensino autonomia para que possam adotar alternativas e espaços diversificados (colegiados) de participação da comunidade escolar e local na perspectiva da democratização da gestão escolar.

Diante do exposto, outro aspecto que merece destaque é a necessidade do fortalecimento do diálogo entre o Conselho Escolar e o Conselho Municipal de Educação (CME) de forma contínua dentro da escola. É preciso ampliar o conhecimento político por parte das professoras e toda comunidade escolar sobre as funções/relações entre órgãos. Para que isto ocorra, a gestão e os representantes destes instrumentos de participação necessitam divulgar suas ações e funções, que são: deliberativa, normativa, fiscalizadora, propositiva e consultiva.

As funções do Conselho Municipal de Educação embasam o discurso da gestão compartilhada, da qualos professores podem e devem participar juntamente com o mesmo, mas muitos desconhecem tal possibilidade. Tal desconhecimento das funções do Conselho Escolar e distanciamento tem se caracterizado como barreira para solução de algumas questões políticas que impactam o fazer pedagógico, administrativo e calendário escolar.

Aponta-se também a necessidade de integração dos novos funcionários e professores e, bem como uma ampliação na divulgação da proposta pedagógica da UMEI, e a apresentação das atribuições das professoras, bem como instrumentos legais que fazem de uma gestão democrática e transparente.

Este contexto têm fortes impactos na gestão democrática escolar e para além da escola incluindo a esfera administrativa municipal e podem ser explorados estrategicamente para potencializar a gestão pública de forma a atender a todos os cidadãos qualitativamente garantindo a participação democrática em todas as esferas e tomadas de decisões e ações.

Tal discussão sobre as relações entre Conselho Educacional e a gestão escolar democrática busca abordar questões do cotidiano que impactam as relações de trabalho, a parceria família-escola, clima organizacional, direitos e deveres dos profissionais e cidadãos e as ações qualitativas da escola. Além disto, tal cenário interfere na oferta de ensino de qualidade na educação pública infantil considerando-a como base essencial da educação básica de qualidade na esfera pública.

Conforme aponta CURY (2008), o direito à educação é um campo de atuação do gestor, seja educação de alunos e/ou profissionais da mesma. Por isso, buscando fortalecer estas relações é que foram criadas metas e estratégias a serem inclusas no Projeto Político Pedagógico dentre elas estão as ações de busca por uma maior parceria com o Conselho Municipal de Educação e regional para maiores esclarecimentos e obtenção de informações para atender as questões demandadas nestas discussões.

2.3 Participação social: potencialidades e fragilidades

Entende-se que a participação social pressupõe a garantia da democracia e exercício pleno da cidadania, sendo que a eleição de diretores é uma das formas de institucionalização da democracia participativa materializado neste mecanismo de votação.

A valorização da participação social, sem nenhuma forma de exclusão, legitima a cidadania nas políticas públicas e na gestão democrática. Neste sentido, é importante atualizações sobre este processo de eleição de diretores juntamente à Secretaria Municipal de Educação para maiores esclarecimentos e/ou adequação do referido decreto.

A consolidação do modelo democrático brasileiro amplia o diálogo entre governo e sociedade civil nos processos de tomada de decisão nas esferas micro e macro.

Observa-se que de certa forma algumas questões/ações limitam as relações entre Conselho Escolar e a gestão democrática que se estabelecem de forma técnica. Dentre as limitações estão: a) o tempo de duração das reuniões e sua delimitação por outras questões rotineiras da escola -impacta aprofundamento e continuidade sobre questões relevantes a serem resolvidas e b) desconhecimento de algumas relações entre o Conselho Escolar e outras legislações, como por exemplo, as formas de atuação do Conselho Municipal de Educação de apoio a resolução de problemas.

As limitações apresentadas acima tem repercussões negativas sobre as possibilidades, visões e ações no próprio campo educativo e de luta social por melhorias na educação pública e nas condições de trabalho docente.

Neste contexto, uma ação do Ministério da Educação (MEC) visa diminuir algumas lacunas na gestão participativa com promoção de formação continuada em Conselheiros Municipais de Educação com objetivo de garantir a transparência e participação social.

Além disto, a instituição funciona desde 2005 com um Projeto Político Pedagógico modelo, não adequado à realidade da instituição, e que este não é consultado por quase ninguém da comunidade escolar, neste sentido não há como mensurar avanços/ações/mudanças em relação às necessidades reais da comunidade escolar. A escola possui em seus quadros professores como nível de

ensino médio completo, que por sua vez não atende uma formação educacional plena com a concepção infânciadados dias atuais.

Discutir a relação entre Conselho Escolar e a gestão democrática significa potencializar ações de cobrança por parte da comunidade ao poder público para a valorização do profissional de educação e garantia do padrão de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar as relações entre o Conselho Escolar e a gestão democrática, destacar o papel dos Conselhos Escolares como potencializador para a efetivação das políticas públicas educacionais, especialmente a LDBEN. A discussão teórica levantou as possibilidades de efetivar uma atuação mais participativa do Conselho Escolar com a articulação da gestão democrática.

Contudo, as análises realizadas sobre as relações entre o conselho escolar e a gestão democrática da UMEI Coqueiro Verde levantaram alguns limites nesta relação, tais como: gestão de pessoas, a pouca divulgação das ações e funções do conselho escolar, falta de clareza nas atribuições das monitoras, ausência na compreensão de democracia e eleição, bem como uma ampliação na colaboração entre as instâncias gestoras (Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Gestor e outros).

O presente trabalho buscou responder pontualmente esta questão tendo em vista o contexto da UMEI Coqueiro Verde, mas cabe destacar que outras pesquisas podem ser realizadas baseadas em outros instrumentos para se obter uma visão mais ampla desta relação entre conselho escolar e gestão democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

BRASIL, Ministério da Educação. Escola de Gestores. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

BRASIL, Ministério da Educação. Escola de Gestores. **Avaliação institucional: elementos para discussão**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes Básicas. Lei 9394/96.

BRASIL. Lei de Participação Social 8.324.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI). Acesso em janeiro/15.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil (DCNEI). Acesso em janeiro/15.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: **Um campo** de atuação do gestor educacional na escola. 2010, p. 21. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em...

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em...

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em...

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em...

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em...

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em...

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional:: A avaliação da escola como instituição** – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em...
C:\Users\home\Desktop\FEAD\DOM - Diário Oficial do Município .htm acesso em 30.11.14

ANEXO – Projeto Político Pedagógico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

UMEI COQUEIRO VERDE

SÂMIA MACEDO FERREIRA

VADENIRSIA MARCIA FIGUEIREDO ROZA

BELO HORIZONTE, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

UMEI COQUEIRO VERDE

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Ariadia Ylana Ferreira do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	03
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA	07
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA	09
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	22
7. AVALIAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

A UMEI Coqueiro Verde é uma instituição de Educação Infantil, situada no Conjunto Paulo VI, Região Nordeste de Belo Horizonte, na rua das Almas, nº 200, telefone: 3277-6625. É uma instituição que atende crianças de 2 a 5 anos na modalidade Educação Infantil. Foi municipalizada em 2005, uma vez que funcionava como Creche Comunitária mantida pela AMAS, Associação Municipal de Assistência Social.

A escola é pequena, com quatro salas de aula, uma brinquedoteca, refeitório, cantina, parquinho e anexo administrativo onde funciona a secretaria e a sala de professores. Atualmente nessa UMEI estão matriculados 250 crianças. No total a escola conta com 20 docentes.

Está situada num bairro carente, com índice considerável de violência e população de baixa renda. Fica geograficamente em uma região de difícil acesso, devido ao elevado nível de declividade, o que dificulta muito a mobilidade da comunidade que precisa fazer o trajeto utilizando o transporte público.

A escola ocupa um terreno cedido pela SLU, Superintendência de Limpeza Urbana, onde era planejada a construção de um aterro sanitário. A luta da comunidade fez com que esse aterro não fosse construído e cedesse lugar para a escola.

A comunidade conta com os serviços públicos básicos, como escola infantil, escola de Ensino Fundamental, escola de Ensino Médio, posto de saúde, coleta de lixo e é mantida por duas linhas de ônibus que fazem acesso à estação coletora do Bairro São Gabriel.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

No contexto social atual, no qual estamos inseridos, impactado pela globalização, a educação continua sendo o recurso e o marco referencial para a formação humana e crítica. Neste sentido, é instrumento social para capacitar os cidadãos para que estes possam se adaptar à nova forma de estruturação social e de acordo com o seu desenvolvimento econômico, social, cultural, político e histórico.

As finalidades e as concepções da educação na atual sociedade são delineadas pelos princípios legais que devem estar intrínsecos aos valores, visão, missão, política e filosofias pedagógica e social das instituições escolares, pois estas direcionam os diversos atores sociais e delineiam suas ações.

Essas finalidades e concepções de acordo com as atuais políticas públicas de educação devem propiciar aos educandos a oferta de educação de qualidade e a formação para o efetivo exercício da cidadania.

As finalidades educacionais da UMEI Coqueiro Verde são norteadas pelo princípio de formação humana crítica, ativa, autônoma e emancipatória. Neste sentido busca-se atuar em coerência com os princípios educacionais contidos nas políticas públicas educacionais brasileiras entre elas ECA (Lei nº 8.069/90 -Estatuto da Criança e do Adolescente), LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, RCNEIs(Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil), CF (Constituição Federal de 1988), DCNEIs (Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil) e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A utilização desses princípios legais têm como metas contribuir para a promoção do pleno desenvolvimento do educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e contribuir para uma futura qualificação para o trabalho através da oferta qualitativa da educação.

Historicamente, estudos nos campos das ciências e da sociologia sobre a concepção de infância contribuíram significativamente para que esta seja cada vez mais reconhecida, respeitada e valorizada nos dias atuais.

A atual concepção de infância é diferente de séculos atrás, nos quais a criança não era vista como um ser de direitos, capaz de desempenhar um papel histórico, social, cultural e subjetivo, além da necessidade e o direito de desenvolver seus aspectos afetivos, físicos, cognitivos e sociais. A criança era vista meramente como um adulto em miniatura. Na legislação atual, no que se refere ao direito público subjetivo infantil a criança é considerada como sujeito histórico e social, cidadã de direitos.

Neste sentido,

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. (...) o pressuposto deste direito ao conhecimento é a igualdade(CURY . s.d. pág. 5 e 6).

No início do século XVII, a sociedade começa a perceber que a criança precisa de cuidados e de estímulos específicos em sua vida social e para a aprendizagem, surge, portanto, a preocupação entre o cuidar e o educar no contexto da primeira infância.

A lei de Diretrizes e bases define a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança.

Neste sentido, as finalidades da educação devem contribuir para que todas as formas de negação de direitos, discriminações, exclusões educacionais e sociais sejam eliminadas. Estas ações estão nas mãos de toda a sociedade civil, que deve estar comprometida com a função social da escola para que, assim, se fundamente a luta pela equidade social, por uma sociedade mais justa e pacífica.

Estamos de acordo ainda que

Tão importante quanto os aspectos objetivos são as características da gestão financeira, administrativa e pedagógica, os juízos de valor, as propriedades que explicitam a natureza do trabalho escolar, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido. Nessa direção, observa-se as múltiplas dimensões que envolvem o conceito de qualidade, o que nos remete à busca de compreensão dos elementos objetivos e subjetivos que se colocam no interior da vida escolar e na percepção dos diferentes sujeitos sobre a organização da escola. Estes elementos dizem respeito, em geral, aos aspectos envolvidos na compreensão e construção de uma escola de qualidade ou escola eficaz (DOURADO (s.d.); OLIVEIRA; SANTOS, p.7).

No que se refere ao marco direcional de todas estas ações escolares, em conjunto com a comunidade, na busca pela oferta de uma educação de qualidade

Dourado (s.d.) aponta que o planejamento da escola se concretiza pela elaboração de seu Projeto Político-Pedagógico.

Vale destacar que a função sócio educacional da UMEI Coqueiro Verde é, através da gestão democrática, ofertar educação pública infantil com qualidade. Considera-se neste sentido, o meio social na qual a instituição está inserida, faz-se essencial utilizar a educação na forma das políticas públicas para favorecer a inclusão social, educacional, cultural e política de toda a comunidade escolar que esta instituição atende.

Visão, Missão e Valores da Educação Infantil da UMEI Coqueiro Verde

Visão

Ser uma instituição educacional pública de excelência e referência em Educação infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Missões

Contribuir para o desenvolvimento humano, econômico e social do país através da oferta de educação pública de qualidade.

Desenvolver e disseminar conhecimentos que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas e colaborar com o desenvolvimento socioeconômico do país.

Manter a excelência na qualidade do ensino público.

Formar cidadãos éticos, solidários, autônomos, críticos, conscientes, capazes de agir, interagir e transformar a realidade exercendo sua efetiva cidadania no contexto social atual.

Oferecer formação integral que abranja os aspectos cognitivos, afetivos, culturais, históricos, subjetivos e sociais.

Valorizar o desenvolvimento humano.

Potencializar talentos e habilidades.

Criar um ambiente escolar que favoreça o exercício da cidadania com clima organizacional saudável.

Inovar e empreender.

Valores

Responsabilidade social e ambiental, sustentabilidade, valorização e promoção humanística.

Atuar de forma ética, respeitosa e transparente.

Compromisso com a educação;

Ética e transparência;

Excelência na gestão democrática;

Acessibilidade, inclusão social;

Cidadania.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

2.1.1 Arquitetura do prédio;

A UMEI Coqueiro Verde é uma unidade Municipal de Educação Infantil que utiliza o espaço físico, anteriormente ocupado por uma creche comunitária. Para os padrões da época em que foi fundada, é um espaço que oferece o mínimo de condições para o atendimento. O prédio é composto por dois anexos, um menor que compreende o anexo administrativo, distante três metros das salas de aula. Neste anexo, está localizada a sala da secretaria/direção, sala dos professores e um banheiro adulto, o único na Unidade para uso dos adultos. Neste espaço são organizados os documentos da instituição e os equipamentos para atendimento às famílias. A sala ao lado funciona como um espaço onde os professores possam planejar suas aulas com maior qualidade. Eles têm acesso a dois computadores para as pesquisas, estantes com livros e material pedagógico para estudo. No outro anexo, estão as salas de aula, a sala multiuso, o refeitório, a cantina, os banheiros das crianças e um parquinho coberto.

As salas de aulas têm tamanhos diferenciados, sendo duas mais amplas, e duas menores, com janelas grandes que oferecem boa ventilação e iluminação natural. Numa das salas amplas, é oferecido o atendimento às crianças em tempo integral, compreendendo a faixa etária de 2/3 anos. Esta sala tem um banheiro interno, de uso exclusivo das crianças desta turma, onde podem tomar banho. Ainda tem um solário, onde as crianças podem realizar brincadeiras ao ar livre e tomar sol.

O refeitório é amplo, com capacidade para três turmas ao mesmo tempo. A cantina é pequena, porém suficiente para a demanda de trabalho. Existe uma pequena despensa, onde são guardados os alimentos não perecíveis e uma área de serviços, próximo à cantina, onde são realizadas as lavagens de roupa. Não é um espaço adequado, pela proximidade do local onde são preparados os alimentos. Também foi feito um almoxarifado, com divisória em uma sala de aula. Como não havia local para guardar materiais de limpeza e demais materiais pedagógicos, foi feita uma divisão em uma das salas, para que o espaço fosse melhor ocupado. Era o local onde anteriormente funcionava a sala multiuso, mas como era usado para guardar equipamentos, oferecia riscos às crianças. A sala multiuso então foi transferida e funciona em um espaço dedicado exclusivamente ao uso dos equipamentos pelas crianças: brinquedos, livros, jogos pedagógicos, equipamentos áudio visuais.

2.1.2 Recursos físicos (equipamentos, mobiliário, etc.)

Os equipamentos utilizados na instituição são adequados para a faixa etária do atendimento. O mobiliário é de acordo com cada faixa etária, sendo que cada sala possui: carteiras, cadeiras, armários para professores, estante com livros literários, estante para guardar o material pedagógico. Nas salas de aula de tempo integral há escaninhos para guardar as mochilas das crianças, um banheiro exclusivo para o uso das crianças desta turma, uma TV 32' e brinquedos diversos.

Na brinquedoteca encontram-se brinquedos para diversas brincadeiras, além de material pedagógico como jogos, equipamentos para atividades corporais, um projetor, um aparelho de DVD e equipamento de som.

2.1.3 Recursos humanos:

Os profissionais que atendem as crianças são professores concursados da PBH. São 20 professores, sendo 19 graduados e/ pós graduados. Apenas uma servidora possui o Ensino médio/ modalidade Magistério. A escola conta com uma auxiliar de Secretaria e um Guarda Municipal, ambos com formação em Educação Física. Os funcionários dos serviços gerais são contratados pelo Caixa Escolar. São pessoas da comunidade que prestam serviço à escola. São contratados em regime de CLT, todos com carteira assinada. São no total: 3 cantineiras, 4 faxineiras, 4 porteiros/vigias, 1 auxiliar de apoio à inclusão. Ainda conta com a contribuição de

uma estagiária do Centro de Referência da Assistência Social /CRAS, que realiza atividades lúdicas com as crianças uma vez por semana.

2.1.4 Recursos financeiros

A Instituição é mantida com subvenções repassadas pela Prefeitura de Belo Horizonte. Recebe duas subvenções: Subvenção Regular, que é aplicada de acordo com as orientações:

Manutenção e Conservação: É aplicada para manutenção do prédio escolar, como compra de material de limpeza, manutenção dos equipamentos, pequenos reparos, complementação de merenda;

Assistência ao Educando: Refere-se a todo material necessário para o atendimento pedagógico como material didático, papelaria, livros, jogos, brinquedos;

Excursões: Valor destinado acustear projetos que envolvam a visita a algum espaço extraescolar, como museus, cinemas, teatro, feiras, etc.

Biblioteca: Valor a ser investido na biblioteca equivale a uma porcentagem fixa do valor total depositado em cada subvenção.

Transporte administrativo: Valor fixo destinado a transporte administrativo e para cobrir gastos com estacionamento, combustível, vale transporte, taxi. Uso exclusivo no horário de trabalho da gestão.

A outra subvenção repassada pela PBH é o Projeto de Ação Pedagógica, (PAP). Os critérios para utilização desta verba são definidos em portaria publicada pela SMED. São recursos a serem utilizados exclusivamente para o atendimento pedagógico. São definidos valores para formação dos professores, projetos pedagógicos para as crianças, compra de material pedagógico, excursões, formação para as famílias, oficinas para os estudantes e bens permanentes.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

2.2.1 Critérios de ingresso na escola:

Os critérios para ingresso na instituição são estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação. As diretrizes são definidas através de portaria publicada no Diário Oficial do Município.

As inscrições são realizadas na Unidade, pela família do candidato. As fichas preenchidas são encaminhadas para avaliação do Núcleo Intersetorial Regional, que é composto por profissionais da Gerência de Educação Regional, os responsáveis pelo preenchimento das fichas são: uma Assistente Social do Posto de Saúde e uma Assistente Social do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do Bairro. A análise das fichas segue os critérios de vulnerabilidade definidos na portaria.

2.2.2 Critérios de enturmação dos estudantes:

A instituição recebe crianças de 2 a 5 anos e 6 meses, sendo que a turma de 2/3 anos fica em tempo integral e as demais em tempo parcial. A enturmação é feita por recorte etário, sendo: 16 alunos na turma de 2/3 anos, 20 crianças nas turmas de 3/4 anos, 20 nas turmas de 4/5 e 25 nas turmas de 5/6 anos. Esta é a capacidade máxima de acordo com as diretrizes publicadas na Portaria que define os critérios. O número total de alunos vai depender da demanda da referida turma. As turmas de 2/3 e 3/4 anos ficam sempre com a capacidade máxima. As turmas de 4/5 e 5/6 sempre tem menos crianças, devido ao atendimento nas demais creches e UMEI's da região.

2.2.3 Periodicidade de reuniões pedagógicas entre professores e coordenação e/ou direção

As reuniões pedagógicas acontecem mensalmente, com o grupo de professores e coordenação dos turnos. Estas reuniões são realizadas em caráter excepcional, durante o expediente, dependendo da demanda. Acontece uma reunião quinzenalmente com o grupo de professores, para planejamento e estudo.

2.2.4 Periodicidade de reuniões com a comunidade escolar

As reuniões com as famílias acontecem no início do semestre escolar, onde o grupo de professores e equipe pedagógica esclarecem às famílias a proposta

pedagógica definida para o ano/semestre escolar. As reuniões com cada turma definidas de acordo com a necessidade de cada turma.

2.2.5 Como é feito o planejamento pedagógico

O planejamento pedagógico para cada turma é realizado de acordo com as orientações do documento: Proposições Curriculares para a Educação Infantil/SMED/PBH.

São definidos projetos institucionais de acordo com a sugestão do grupo e esses poderão ser realizados anualmente ou semestralmente. Cada professor definirá a proposta pedagógica para a sua turma, de acordo com as Proposições Curriculares, tendo como eixo central o projeto anual ou semestral da instituição.

3. CURRÍCULO

O Currículo na Educação Infantil é um dos campos de organização do fazer escolar de maior discussão nas diversas instâncias do atendimento educacional. Devido à enorme demanda de atendimento nas unidades educacionais e ampliação deste por parte do poder público, as instâncias governamentais se preocupam cada vez mais com o cumprimento das legislações, na busca de oferecer o acesso.

Muito mais que oferecer o atendimento, é necessário que este atendimento seja de qualidade. Oferecer uma educação de qualidade implica em organizar as estratégias curriculares que realmente sejam significativas e que sejam uma forma de apropriação do conhecimento acumulado culturalmente. Importa ainda, que o sujeito que se apropria deste conhecimento, tenha condições de produzir novos conhecimentos de forma a ampliar o universo cultural da sociedade.

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte elaborou as Proposições Curriculares para a Educação Infantil, documento este que traz diretrizes para a orientação do Currículo. Este documento é um referencial, que proporciona autonomia para que as Instituições vinculadas possam elaborar suas estratégias curriculares, de acordo com necessidade da comunidade em que está inserida.

A UMEI Coqueiro Verde se propõe a realizar a organização Curricular de acordo com as orientações das PCEI-PBH, de forma a trabalhar cada instância da formação infantil de acordo com campos de experiência. Assim, estabelecemos os seguintes tópicos abaixo para facilitar a organização e o planejamento das atividades:

- **Eu no mundo social e natural**
- **Linguagens e artes**
- **Matemática**

EIXO I: EU NO MUNDO SOCIAL E NATURAL

A criança, desde o nascimento, é compreendida como sujeito de direitos, produtor de cultura. Isto implica que a criança traz consigo as referências culturais e sociais do meio onde vive. Ao chegar à escola, ela se adapta a novos sujeitos culturais, relacionando-se e produzindo novas culturas. É imprescindível que as manifestações culturais da comunidade em que a escola está inserida sejam representadas no ambiente, para que a criança se identifique, se insira e se aproprie deste novo ambiente.

Segundo Faria e Dias (2012),

Considerar a criança como sujeito é levar em conta nas relações que estabelecemos, que elas têm desejos, ideias, opiniões, capacidade de decidir, de criar, inventar, que se manifestam, desde cedo, nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, nas suas vocalizações, nas suas falas (p.56).

Nessa lógica, é importante a relação do adulto com a criança, como mediador entre ela e o conhecimento historicamente acumulado. A primeira infância, consistindo nos primeiros anos de vida, são fundamentais para o desenvolvimento sensorial e cognitivo. Segundo Faria e Dias (2012):

Na infância, as conexões entre os neurônios são mais intensas, mais rápidas e em maior quantidade... Isto indica em dizer que, nessa fase

da vida, elas têm uma grande possibilidade de aprender, maior que em qualquer outro momento de suas vidas (p. 57).

Assim, a organização Curricular para o âmbito Eu, no Mundo Social e Na se dará com a ênfase no desenvolvimento oral, corporal e sensorial.

O corpo é o instrumento utilizado pela criança para se expressar. A partir das experiências de exploração das capacidades físicas de andar, correr, saltar, subir, descer, abaixar, arrastar, a criança tem a oportunidade de desenvolver o tônus muscular, e através disto explorar o ambiente.

O desenvolvimento oral também deverá ser estimulado, através de músicas, histórias, momentos de conversa. As expressões corporais através da dança, da mímica, das brincadeiras, contribuirão para que a criança se identifique como capaz de explorar o mundo, interagir, e se apropriar dele, como sujeito produtor de cultura.

É fundamental que a criança tenha oportunidade de vivenciar experiências que a conscientizem da sua identidade, do reconhecimento do outro construindo assim suas subjetividades.

Segundo a professora Léa Tiriba, é importante que as instituições de educação infantil assegurem a qualidade de vida no plano das ecologias: pessoal, social e ambiental:

A ecologia pessoal diz respeito às relações de cada um consigo mesmo, às conexões de cada pessoa com seu próprio corpo. A ecologia social está relacionada às relações dos seres humanos entre si, as relações geradas na família, entre amigos, na escola, no bairro, na cidade entre os povos, as nações. A ecologia ambiental diz respeito às relações que os seres humanos estabelecem com a natureza, [...] (TIRIBA, 2007, p.17)

Esta interpretação reflete o estabelecido nas DCNEI, que determina que sejam proporcionadas experiências que promovam oportunidades de relacionar com o próprio corpo, conhecendo, explorando, cuidando. Também com os demais elementos sociais, as pessoas, a natureza, a cidade, as tecnologias e os elementos da cultura, apropriando-se dela, transformando-a e produzindo novas culturas.

EIXO II: LINGUAGENS E ARTES

Segundo Faria e Salles,

numa Instituição de Educação Infantil, é necessário que as crianças se apropriem de alguns elementos básicos dos vários sistemas simbólicos criados pelos homens e que tenham acesso ao acervo artístico e cultural produzido por meio destes sistemas (2013, p.41).

A história da humanidade nos mostra que o homem desenvolveu formas de se apropriar da natureza, transformando-a, utilizando-se dela para sua própria sobrevivência. Ao transformá-la, construiu todo o patrimônio cultural, artístico e tecnológico que temos acesso na atualidade. Estas formas de manifestações culturais são denominadas linguagens, como uma forma humana de se comunicar entre si e o mundo.

Ao nascer, a criança já está inserida neste contexto de produção, e oferecer formas de apropriação deste patrimônio é uma das funções da escola. Dai é necessário que o currículo seja organizado privilegiando as diversas formas de comunicação entre os seres humanos.

As DCNEI's no artigo 9º definem que devem ser garantida às crianças experiências que:

II- favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e progressivo domínio por elas dos vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

IX- promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura. (Brasil, 1998).

A partir dessas considerações, o currículo da UMEI Coqueiro Verde se orientará na organização de momentos que propiciem às crianças desta Unidade o acesso às diferentes linguagens. Assim, dividiremos, segundo Faria e Salles, cada linguagem nos seus respectivos campos de experiências:

- II.I - Experiências relacionadas aos saberes e conhecimentos sobre a linguagem corporal, movimento, teatro e dança, artes visuais e plásticas e arte musical;
- II.II - Experiências relacionadas aos saberes e conhecimentos sobre o brincar como linguagem e cultura;
- II.III - Experiências relacionadas aos saberes e conhecimentos sobre a língua verbal e literatura; (FARIAS E SALLES,2012, p.109).

Experiências relacionadas aos saberes e conhecimentos sobre a linguagem corporal, movimento, teatro e dança.

Faria e Salles (2012) abordam este campo de experiências, “referindo-se à linguagem corporal como o movimentar-se humano tanto na prática funcional e sensorial, quanto na sua dimensão lúdica”(p.110). Desta forma, a instituição se propõe a elaborar e organizar atividades que propiciem diversas formas de apropriação, conhecimento, reconhecimento e prática cotidiana, das diversas formas de exploração do corpo como tradutor desta linguagem.

A criança logo cedo começa a desenvolver-se, utiliza-se do corpo para explorar o ambiente. Assim, o ato de rastejar, rolar, andar, saltitar, pular, correr, subir, descer, torna-se o processo gradativo do desenvolvimento desta habilidade.

Assim, a linguagem artística gerada através da exploração do corpo, se torna uma importante ferramenta para propiciar este desenvolvimento nas crianças. Oferecer oportunidade de conhecer e praticar momentos de dança, apresentação teatral, mímicas, exploração das sensações, levam ao conhecimento das potencialidades humanas.

Experiências relacionadas aos saberes e conhecimentos sobre o brincar como linguagem e cultura

Brincar é o trabalho da criança. Através das brincadeiras elas exploram o ambiente, reconhecem-no e apropriam-se dele, interagindo e transformando-o produzindo cultura. Diversas são as formas de brincar e não existe limitação para a criatividade da criança ao brincar. Objetos são transformados, o espaço é explorado numa interação onde a criança passa a fazer parte dele. Faria e Salles (2012), citam a Psicologia Histórico-cultural de Vygotsky. Segundo esta concepção, o uso das representações simbólicas nas brincadeiras, onde a criança usa o faz de conta, são importantes para o processo da construção do conhecimento abstrato (FARIA E SALLES, 2012).

Outra face do brincar, é que a criança explora o potencial corporal e social através das brincadeiras. Assim, as representações de papéis sociais são desempenhadas como uma forma de manifestar as concepções culturais e sociais em que as crianças estão inseridas. É importante oferecer oportunidade para as crianças conhecerem as diversas formas de brincar das diversas culturas, bem como de resgatar estas práticas na atualidade.

Experiências relacionadas aos saberes e conhecimentos sobre a linguagem verbal e literatura

A linguagem verbal é o campo do conhecimento muito importante no cotidiano escolar. Salles e Faria, afirmam que “Linguagem verbal é a forma humana de compartilhar significados por meio da palavra, envolvendo as modalidades escrita e oral” (2012, p. 128). Através deste conhecimento, a apropriação do universo da comunicação pela língua, é alvo de inúmeros trabalhos e inúmeras críticas. A discussão circula em torno da dúvida: qual é a idade certa para alfabetizar as crianças?

Partindo da ideia de que a criança nasce numa sociedade grafocêntrica, Magda Soares conclui que as crianças já nascem sendo alfabetizadas. Ao pertencer a uma cultura da escrita, logo se apropria dela, atribuindo a ela significados. Ao manusear um livro, fingindo ler, a criança já está se apropriando da função social da escrita. Faria e Salles (2012) referem-se à linguagem verbal sobre dois eixos: a linguagem oral e a escrita.

A linguagem oral é uma importante aquisição da criança já desde o nascimento. Desde os primeiros balbucios, a criança tem a capacidade de se comunicar através desta linguagem. Com o passar do tempo, o desenvolvimento desta capacidade comunicativa vai se ampliando de forma que as interações sejam cada vez mais mediadas pela linguagem oral.

O estímulo desta forma de comunicação no ambiente da instituição é fundamental para que a criança seja inserida neste universo, compreendendo-o e fazendo parte dele, de forma que seus sons e palavras façam sentido na cultura em que está inserido (SALLES E FARIA, 2012).

Outro âmbito da linguagem verbal é a linguagem escrita. Segundo Salles e Faria,

[...] as crianças adquirem a linguagem oral quando envolvidas em contextos comunicativos em que essa linguagem é significativa para elas da mesma forma que pode-se constatar que, se uma criança vive na cultura letrada, na qual pode vivenciar situações significativas de leitura ou escrita, inicia-se aí o processo de aprendizagem desta linguagem (SALLES E FARIA, 2012, p.110)

O processo da aquisição da linguagem escrita envolve inúmeros conhecimentos para torná-la possível. O papel da instituição de Educação Infantil é propiciar, segundo Salles e Faria (2012), situações em que a criança sintam necessidade e o desejo de utilizar desta forma de representação em situações reais e significativas. Neste aspecto, torna-se fundamental o papel da literatura na formação artística e cultural do leitor (p.138).

Assim, esta Instituição de Educação Infantil se propõe a utilização dos diversos gêneros textuais, poesias, contos, textos jornalísticos, parlendas, cantigas, adivinhas, como uma forma de oferecer um universo ampliado de possibilidades de apropriação e inserção na cultura letrada, propiciando às crianças o desejo e o prazer em se apropriar deste universo.

EIXO III: MATEMÁTICA

Assim como as práticas de leitura e escrita devem partir das demandas sociais, o conhecimento matemático deve ser compreendido. A partir de necessidades sociais reais, o homem estabeleceu formas de organizar o pensamento matemático, criou estratégias para utilização e socialização. Assim, é necessário que na Instituição de Educação Infantil, as práticas de apropriação do conhecimento matemático partam de situações reais e concretas. É necessário que as crianças vivenciem situações de construção de conceitos matemáticos e utilização das práticas de contagem e agrupamento, contextualizando estas práticas em situações reais. Segundo Salles e Faria, é necessário que a matemática seja vista e trabalhada como um objeto de uso social sobre o qual as crianças elaboram hipóteses para delas se apropriarem.

Considerações sobre o Currículo da UMEI Coqueiro Verde

Considerando a importância de oferecer às crianças desta unidade uma educação cada vez de maior qualidade, esta equipe se propõe a elaborar os trabalhos através desses eixos curriculares apresentados acima, organizando-os

assim em projetos elaborados com o fim de alcançar os objetivos propostos para a apropriação destes conhecimentos. Assim, conclui-se que sejam elaborados projetos anuais que contemplem as áreas do conhecimento comum a cada faixa etária, e que sejam desenvolvidos projetos específicos por faixa etária, de acordo com a orientação das Proposições Curriculares para a Educação Infantil da SMED-BH.

4.TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Na Educação Infantil o estabelecimento da rotina é essencial para o desenvolvimento da criança e do currículo, pois ela permeia a sequência de ações didáticas e as que são balizadas pelas necessidades humanas e cognitivas da criança que estão intrínsecas entre o cuidar e educar.

Neste sentido, a definição dos tempos e espaços escolares da UMEI Coqueiro Verde considera a criança enquanto ser de direitos. Isto se deve ao fato da consideração de que os tempos e espaços escolares na Educação Infantil devem contemplar o brincar, cuidar e educar inerentes e essenciais para o desenvolvimento humano.

Na instituição existem espaços e organização pedagógica que privilegiam os tempos e espaços escolares de forma que estes possam garantir que as crianças tenham suas necessidades cognitivas, afetivas, sociais e subjetivas atendidas. Considera-se a brincadeira essencial para o desenvolvimento infantil, por isso, as ações didáticas pedagógicas são elaboradas objetivando o bem estar cognitivo e social da criança.

As intervenções realizadas por parte das professoras visam favorecer com que a criança possa explorar o mundo físico, apreender conceitos intrassubjetivos, sociais e culturais, embasados na valorização da diversidade sócio cultural, contribuir para a construção da capacidade inventiva através da exploração do lúdico e do imaginário.

De acordo com a LDBEN, lei nº 9394/96, sessão II, artigo 29, a educação infantil primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social,

complementando a ação da família e da comunidade. Este desenvolvimento integral é vivenciado e acontece nos tempos e espaços escolares. A UMEI Coqueiro Verde cumpre a sua função social na educação ao realizar sua organização e todas as atividades pedagógicas embasadas nas reais necessidades da criança.

A equipe docente, coordenadores pedagógicos e gestão realizam uma reunião anual no início de cada ano letivo após análise contextual das reais demandas pedagógicas, das necessidades e interesses dos alunos o planejamento de um projeto institucional que será desenvolvido por toda a escola no decorrer do ano letivo com a participação dos pais. Neste projeto, prevê-se que todas as atividades realizadas pelas crianças serão registradas em fotos, portfólios, relatórios, diários e planejamentos mensais que devem contemplar atividades que favoreçam as crianças e explorarem as diversas linguagens que potencialmente possam ser realizadas em parceria com a família. Este tipo de trabalho leva as crianças maiores reconhecerem e identificarem o que produziram e relatarem como participaram; e para as crianças menores são realizados registros com fotos em atividades coletivas, em parceria família escola e com intervenções relevantes para a formação de atitudes e valores para o bem comum. Todo esse trabalho é acompanhado pelos pais, coordenadores, professores pares, direção e acompanhante da Regional.

Reuniões mensais- As reuniões mensais são intituladas legalmente como Reuniões Pedagógicas; nestas são abordadas diferentes temáticas de interesse da gestão, coordenação, família e SMED, e realizadas formações para as professores de acordo com as demandas apontadas por elas ou pela direção ou SMED.

O planejamento pedagógico ocorre baseado no projeto anual institucional definido coletivamente ou com a participação/sugestão das famílias e em projetos os quais sejam apontados como área de interesse e necessidade da turma. Todos os planejamentos seguem a linha de raciocínio do PPP da instituição, a realidade escolar, da comunidade e prioritariamente as necessidades das crianças.

No que se refere ao planejamento pedagógico especificamente de cada sala ocorre o acompanhamento das coordenadoras, sempre que possível, nas ACEPATS, o que favorece o feedback e troca de experiências entre as mesmas.

Os planejamentos são avaliados na modalidade formativa, ou seja, de forma contínua, dinâmica, processual e flexível visando atender aos anseios, desejos, necessidades e direitos das crianças atendidas pela instituição.

Todas as tomadas de decisões são embasadas nos documentos legais citados e de acordo com as orientações da Gerência Regional e da SMED.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Os objetivos desafiadores que se impõe aos gestores escolares, na atual sociedade impactada pela imperatividade tecnológica e pelas mudanças nos paradigmas sociais, culturais, políticos e educacionais, demandam a estes profissionais a aquisição de novos conhecimentos sobre gestão de negócios, pessoas e processos.

A gestão democrática possibilita a UMEI Coqueiro Verde, enquanto instituição pública, a construção da democracia o que leva a escola a cumprir a sua função social, pois, “a escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma política de convivência humana (HORA, 1999, p.53).

A gestão democrática da UMEI Coqueiro Verde, neste sentido, se materializa através da gestão participativa com a qual, socialmente, busca-se ofertar educação pública com qualidade e equidade social.

Os processos de tomada de decisões coletivas realizadas na mesma estão garantido na LDB 9394/96 na qual está instituída a gestão democrática descentralizadora em que se oportuniza a participação social em questões educacionais que afetam os interesses: público, profissional e subjetivo dos cidadãos.

De acordo com Carmo e Gonçalves (2001), somente uma Escola Democrática é capaz de formar pessoas democráticas. Isso envolve: planejamento participativo, processamento de informação de forma planejada, comunicação estratégica, utilização constante de feedbacks, construção do clima organizacional saudável, organização, trabalho em equipe, eliminação dos aspectos negativos e potencialização dos positivos, mensuração dos diversos indicadores educacionais, sociais, políticos, subjetivos e coletivos, culturais e organizacionais, tomada de

decisões, avaliação de pessoas, processos e resultados, definição da missão, visão, princípios, objetivos e metas, participação coletiva, gestão democrática e descentralizadora, materialização de atitudes empreendedoras das equipes, definição clara das atribuições e funções dos diferentes cargos existentes, tudo isso se traduz em resultados sociais, profissionais, construção da identidade nacional que reflete e impacta na organização social e nas formas de interação subjetivas e materiais. Isso reforça a importância social e educativa da escola enquanto instituição socializadora, cultural, social, política.

Estes aspectos devem ser contemplados no PPP da UMEI Coqueiro Verde, neste sentido, o gestor deverá promover o alinhamento da gestão estratégica com o Projeto Político Pedagógico a fim de assegurar uma unidade na concepção educacional (FREIRE, s.d).

Educação não apenas para cumprir metas do sistema, mas para se formar homens capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária, que possa ofertar como resultado qualitativo de suas produções e vivências a paz, qualidade de vida, segurança, humanização contínua, prazer pelo viver pautado em valores para o bem comum e social.

Nas tomadas de decisão a gestão da escola atua de acordo com os princípios legais da gestão pública democrática, neste sentido, os processos de decisão são realizados coletivamente nos Conselhos Escolares com a participação de toda a comunidade escolar que inclui pais, professores e funcionários de todos os setores. Respeita-se as relações hierárquicas de poder bem como as instâncias gestoras dos órgãos públicos relacionados, tais relações atuam de forma ética, transparente e dialógica.

Os gestores são eleitos democraticamente através de votos por parte de toda a comunidade escolar. Tal gestão atua em parceria com a regional na qual está inserida e em parceria com os diversos setores públicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que inclui secretaria de ação social, de direitos humanos, de saúde, de educação e com o Conselho Tutelar. Tais parcerias são materializadas considerando-se a legalidade que prima pela garantia dos direitos da criança visando atendê-las da melhor maneira possível. Neste sentido, a UMEI Coqueiro

Verde recebe crianças com necessidades educativas especiais, encaminhadas por ordem judicial, bem como as que estão em situações de vulnerabilidade.

O Conselho tutelar atende às solicitações da comunidade, escola e poder público e de acordo com a demanda encaminha crianças para a UMEI e toma as providências cabíveis na esfera de sua atuação, a UMEI acata as orientações do Conselho tutelar orientando pela acompanhante da regional na qual está inserida.

A UMEI Coqueiro Verde possui Conselho Escolar, que é o órgão colegiado, que conta com a participação de toda a comunidade escolar para a tomada de decisões.

A estrutura administrativa e deliberativa que compõem a UMEI Coqueiro Verde são: SMED (Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte), Gered (Gerência Regional), Conselho Escolar, direção, vice-direção e coordenadoras. A Gered conta com o RH para atender os profissionais e atua em parceria com outras esferas públicas ligadas à saúde, transporte, segurança pública e com a Caixa Escolar que contrata monitoras escolares, auxiliares de serviços gerais e cozinheiras.

Vale ressaltar que algumas tomadas de decisões nos campos administrativos e no sentido deliberativo são impactadas pelas decisões tomadas nos Conselhos Escolares.

Estes setores atuam em parceria e funcionam de acordo com regimento e legalidade municipal estabelecida pela PBH que delibera sobre o funcionamento, composição e atribuições dos respectivos cargos.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO NO AMBIENTE ESCOLAR

No atual contexto social a gestão da UMEI Coqueiro Verde busca se adequar a estas novas demandas buscando novos conhecimentos ao priorizar as relações de trabalho e seus impactos.

Em todas as organizações educacionais deve haver um alinhamento entre as estratégias, objetivos pedagógicos, metas das políticas públicas de educação e as ações a serem executadas.

É essencial que os profissionais interajam nos processos de ensino-aprendizagem e no que se refere à relação família escola combinando esforços para a realização dos objetivos propostos dentro da visão e da missão educacional que está embasada nas políticas públicas de educação que são marco para a missão e visão institucional.

Sabe-se que todos os profissionais podem contribuir para a construção do clima organizacional saudável na escola e para que as relações interpessoais sejam saudáveis e duradouras, utilizar as informações e comunicação de forma ética e responsável gerando eficácia à suas práticas escolares relacionadas à missão, visão e valores da instituição.

A gestão participativa prima para que a equipe utilize conhecimentos, informações e feedbacks de forma estratégica e eficaz para garantir a transparência da organização, fator que contribui para o estímulo do autogerenciamento das competências, habilidades e conhecimentos, impulsiona motivações subjetivas para que os profissionais possam utilizar todas as suas habilidades educacionais para propiciar aos educandos uma formação escolar e humana qualitativa.

Neste sentido os profissionais são estimulados a terem atitudes e comportamentos alinhados à filosofia educacional e aos princípios educacionais legais contidos nos PCNEI, DCNEI, RCNEI, LDB, CF, Declaração Universal dos Direitos Humanos, ECA e ao modelo de gestão democrática para atingir o nível de qualidade e desempenho pré- estabelecido nas finalidades educacionais propostas no PPP que tem como marco a oferta qualitativa da educação pública.

As relações de trabalho nesta unidade estão embasadas nos princípios da gestão democrática participativa. Isso significa que todos estão envolvidos no processo de melhoria contínua da qualidade da educação oferecida. Assim as necessidades individuais e compartilhadas são consideradas prioridades e os processos de tomada de decisões são coletivos, o que permite esclarecer as diversas percepções existentes e estabelecer o trabalho em equipe, rumo à superação de conflitos, divergências e insatisfações de toda a comunidade escolar.

Existe grande esforço por parte da gestão para que se mantenha o foco: o aluno é o centro de todas as ações e resultados das relações de trabalho existentes na instituição.

Os encaminhamentos das situações de conflitos nas relações interpessoais criança-criança e criança-adulto são realizados em primeiro momento entre professora e crianças, caso não seja resolvido a coordenação escolar realiza orientação necessária e acompanha as mesmas até que haja a solução.

No que se refere à adulto-adulto existe intervenção por parte da coordenação com acompanhamento da vice-direção para esclarecimento das diferentes percepções existentes; prima-se pelo diálogo.

Em todos os processos pedagógicos, de desenvolvimento da criança e nas tomadas de decisões coletivas, no desenvolvimento dos projetos institucionais e de sala considera-se e há grande estímulo para que haja efetiva parceria entre a família e escola.

O envolvimento da família na escola é contínuo.

7. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS, TOMADAS DE DECISÕES E RESULTADOS

A avaliação dos processos, tomadas de decisões e dos resultados deve estar embasada nos princípios legais das políticas públicas explorando-se todos os indicadores da realidade local. Neste sentido, a avaliação se dará na modalidade formativa, ou seja, de forma contínua, dinâmica, flexível e processual.

Os indicadores sobre os aspectos pedagógicos, gestão de pessoas, projetos institucionais e de sala, qualidade e alcance dos resultados pedagógicos, sugestões e/ou reclamações de toda a comunidade escolar, resultados das ações e metas referentes aos aspectos financeiros, pedagógicos, políticos, de inclusão, alimentação, saúde, qualidade de vida e garantia dos direitos das crianças, bem como da exploração dialógica de tudo o que é discutido nos Conselhos Escolares, reuniões de pais e outras atividades realizadas pela escola, são explorados para se traçar metas e mensurar progressivos e qualitativos resultados de acordo com a meta da instituição: ofertar educação pública de qualidade com responsabilidade social.

A avaliação dos processos, metas e resultados é realizada na modalidade formativa, ou seja, de forma dinâmica, contínua, flexível e processual, é feita através da exploração dos indicadores acima citados, utiliza-se como instrumentos o diálogo, as reuniões dos Conselhos Escolares, reuniões de pais e apontamentos realizados pelos professores que considerem as reais necessidades dos educandos, avaliações sobre o desenvolvimento das crianças e sobre as intervenções pedagógicas realizadas.

Nas avaliações referentes à instituição, aos seus resultados e suas ações são realizados os registros em atas, relatórios, listas de presenças de pais, ACEPATs com as professoras, portfólios, fotos, diário, projetos, além desses registros considera-se os aspectos: contextos, processos, mediações, gestão de pessoas e relações interpessoais.

Por se tratar de educação infantil a avaliação da criança é realizada de acordo com a LDB **Art. 31º**: a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. A avaliação das crianças é feita de forma processual com base na observação e interação dos mesmos no cotidiano da vida escolar (LDB, 1996).

Neste sentido, a avaliação que prevalece refere-se ao desenvolvimento da criança que é avaliada continuamente através de registro sobre o seu desenvolvimento nos aspectos subjetivos, afetivos, sociais e culturais, ela é realizada de forma processual, contínua e dinâmica através da observação direta e da interação realizadas no cotidiano escolar.

Todas as professoras são avaliadas anualmente, pela SMED, seus pares e gestão imediata, através de formulários próprios da rede.

Os funcionários do Caixa Escolar (monitoras, auxiliares de cozinha e de limpeza) são avaliados no que se refere ao comprometimento, cumprimento das atribuições e assiduidade.

No que se refere aos processos, ações e resultados a forma de avaliação que prevalece é a coletiva realizada nos Conselhos Escolares através da gestão democrática.

Considera-se a importância dos Conselhos Escolares essencial para a administração, formulação e avaliação das políticas educacionais públicas, através do compartilhamento das responsabilidades e do efetivo exercício da cidadania na esfera pública.

A avaliação que prevalece neste sentido é a que considera o alcance das necessidades das crianças e da melhoria contínua dos aspectos físicos e pedagógicos que visam garantir a eficiência na oferta de educação pública infantil com qualidade.

Toda a comunidade escolar avalia processos e resultados, neste sentido, a avaliação ocorre sistematicamente no que se refere à gestão de pessoas, recursos e resultados, pois tudo é avaliado por todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por primar pela missão e visão da UMEI Coqueiro Verde os profissionais e órgãos da PBH buscam incessantemente garantir que a comunidade atendida receba uma educação pública com qualidade social.

A gestão democrática retrata a coresponsabilidade e o compromisso social, político, cultural, educacional e subjetivo de todos os envolvidos em uma dinâmica que considera a criança como marco principal de todas as ações e tomadas de decisões que são embasadas na atual concepção de infância e nos diversos princípios legais que a resguarda.

O intuito é democratizar as ações das políticas públicas educacionais e todas as ações inerentes e atender crianças oriundas da comunidade a qual pertence a UMEI Coqueiro Verde de forma a garantir o direito público subjetivo de receber educação pública de qualidade conforme consta na LDB 9394/96 contemplando todos os direitos humanos à ela ligados.

Busca-se através da construção deste documento garantir que os futuros gestores dessa UMEI, os profissionais (atuais e futuros) e demais envolvidos com a escola possam ter acesso a essas informações do seu modelo atual, por meio de um documento formal. A criação desse PPP ajuda a otimizar o processo de constante melhoria na educação oferecida pela UMEI Coqueiro Verde. Espera-se ainda, potencializar as oportunidades sociais, educacionais e culturais da comunidade na qual a UMEI Coqueiro Verde está inserida. Sabe-se que esta instituição atende alunos oriundos de uma comunidade em expansão e que busca por melhores condições de vida. Neste sentido busca-se contribuir para ampliar a inserção social através da construção de atitudes favoráveis à cidadania e ao bem estar social propiciado aos filhos de trabalhadores de baixa renda.

REFERÊNCIAS:

BELO HORIZONTE - **Proposições Curriculares para Educação Infantil de Belo Horizonte**. 2009 (versão Preliminar)

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. 3 vols. Brasília: MEC/SEE, 1998

BRASIL, Ministério da Educação. PARECER CNE/CEB nº 20/2009 de 11 de novembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Nov. 2009

BRASIL, Ministério da Educação. PARECER CNE/CEB nº 5/2009 de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Dez. 2009

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. (s.d.). Disponível em: moodle3. mec.gov.br/ufmg. Acesso em 20.07.14

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles e FARIA, Vitória Líbia Barreto. **O Currículo em Ação na Instituição de Educação Infantil**. In: Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2012. 248 p. (Educação em Ação)

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. (s.d.). Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em 20.07.14

GONÇALVES, Juçara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Pará. Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA. 2001. Capítulos 2, 3 e 4. Disponível em: http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf. Acesso em 20.07.14

JAPECANGA. Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** (s.d.). Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 20.07.14

TIRIBA, Léa. **Seres Humanos e Natureza nos Espaços de Educação Infa** Presença Pedagógica. Belo Horizonte, vol. 13, nº 76, jul/ago. 2007.

SENAC MINAS. Cd2. **A Construção do Processo das Relações Interpessoais.** Apud Freire (s.d.)

SOUZA, Ângelo Ricardo (et.al.). Níveis do planejamento educacional in: SOUZA, Ângelo Ricardo (et.al.). **Planejamento e trabalho coletivo.** Universidade Federal do Paraná. Pró-reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. –Curitiba: Ed. Da UFPR, 2005, p. 27- 42. 50 p.(Gestão e avaliação da escola pública; 2). Disponível em: moodle3. mec. gov.br/UFMG. Acesso em 20.07.14

NAVARRO. Ignez Pinto (et.al.). **Avaliação: o processo e o produto.** Brasília: MEC/SEB,2004, p.38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: moodle3.mec. gov.br/UFMG. Acesso em 20.07.14

BRASIL. RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – Brasil, 1998.

VITÓRIA, Maria Inês Corte. Múltiplas Linguagens na Educação Infantil: A criança sobre nova ótica, nova ética, nova estética. Disponível em:http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/revistavirtualagora/materiais/Artigo_Maria_Ines_PUC.pdf acesso em 01/07/2014.

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> LDB 9394/96 Acesso em 05/10/14

